

CONTRATO Nº 035/2024
- MATERIAIS ELÉTRICOS -

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE VILA FLORES, entidade de direito público interno, CNPJ nº 91.566.869/0001-53, sito à Rua Fabiano Ferretto, 200, Vila Flores/RS, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. Evandro Antônio Brandalise, e

CONTRATADA:

NOVALUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, CNPJ nº 91.871.913/0001-39, localizada na Rua Aldo Locatelli, nº 1705, Bairro Petrópolis, Caxias do Sul/RS, CEP 95070-370, representada neste ato por pelo Sr. Luiz Adonir Vargas.

OBJETO e FUNDAMENTO:

O presente contrato disciplina a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ELÉTRICOS, PARA O EXERCÍCIO DE 2024**, oriundo do processo de Licitação nº 094/2024, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 014/2024**, regido pela Lei 14.133/21, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

I - PREÇO: A CONTRATADA se obriga, na forma estabelecida no Edital e Termo de Referência, e nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, cujas condições integram o presente contrato, na entrega dos itens, conforme descrições, especificações e condições expressas nos Anexos do Edital, na quantidade e valor abaixo descritos:

<u>Item</u>	<u>Descrição</u>	<u>Un</u>	<u>Quant.</u>	<u>Valor Unitário</u>	<u>Valor Total</u>	<u>Marca</u>
1	Timer temporizador digital programável, trilho din	UN	02	R\$ 106,00	R\$ 212,00	Enerbras
7	Cabo PP 3 x 2,5 mm	METRO	100	R\$ 4,70	R\$ 470,00	Corfio
9	Cabo lan cat. 5 E	METRO	200	R\$ 1,40	R\$ 280,00	DNA
10	Conector RJ 45	UN	200	R\$ 0,75	R\$ 150,00	Fox Lux
11	Capa conector RJ 45	UN	200	R\$ 0,60	R\$ 120,00	Fox Lux
12	Emenda fêmea RJ 45	UN	20	R\$ 5,63	R\$ 112,60	Pezzi
13	Canaleta de piso 52x14x2000mm	UN	10	R\$ 38,40	R\$ 384,00	Enerbras
14	DPS 45 KA	UN	05	R\$ 59,00	R\$ 295,00	Soprano
18	Tomada trifásica 32 A	METRO	20	R\$ 39,43	R\$ 788,60	Soprano
20	Espiral tube 3/8	METRO	10	R\$ 4,66	R\$ 46,60	Tramontina
21	Relé acoplador interface	UN	03	R\$ 40,00	R\$ 120,00	3Pinus
22	Relé falta de fase	UN	03	R\$ 70,00	R\$ 210,00	Pivolt
23	Barramento neutro terra trilho din.	UN	05	R\$ 13,50	R\$ 67,50	DDG
24	Pente de ligação 80 A trifásico	UN	03	R\$ 147,00	R\$ 441,00	Tramontina
25	Fita de led branco luz do dia	METRO	20	R\$ 12,00	R\$ 240,00	Pix
30	Cinta metálica perfurada, caixa fechada, 19mmX30m	UN	02	R\$ 78,60	R\$ 157,20	Matrimetal
31	Parafuso Philips 3x14mm	UN	400	R\$ 0,10	R\$ 40,00	Fusopar
32	Parafuso Philips 6mm	UN	600	R\$ 0,25	R\$ 150,00	Fusopar
33	Parafuso Philips auto brocante	UN	100	R\$ 0,52	R\$ 52,00	Fusopar
34	Bucha 6mm tijolo furado	UN	600	R\$ 0,38	R\$ 228,00	USAF
35	Cinta plástica 10cm/ abraçadeira náilon	UN	400	R\$ 0,12	R\$ 48,00	Germer

36	Cinta plástica 15cm/ abraçadeira náilon	UN	300	R\$ 0,20	R\$ 60,00	Germer
37	Cinta plástica 40cm/ abraçadeira náilon	UN	200	R\$ 0,83	R\$ 166,00	Germer
38	Fita dupla face 20m	UN	05	R\$ 55,00	R\$ 275,00	Adere
41	Conector KS 16mm	UN	30	R\$ 9,45	R\$ 283,50	Intelli
44	Eletroduto pvc rígido 1"	UN	10	R\$ 10,90	R\$ 109,00	MAxidutos
45	Curva tipo U 1"	UN	80	R\$ 4,40	R\$ 352,00	Maxidutos
46	Conector sapata 10 mm	UN	80	R\$ 3,45	R\$ 276,00	Intelli
49	Trilho DIN, tipo Ômega	METRO	100	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00	DDG
50	Fita isolante colorida, nas cores vermelho, verde, branco, azul e amarelo	UN	10	R\$ 5,00	R\$ 50,00	Soprano
56	Sinaleiro vermelho	UN	03	R\$ 13,00	R\$ 39,00	Soprano
57	Sinaleiro amarelo	UN	03	R\$ 9,90	R\$ 29,70	Soprano
58	Sinaleiro azul	UN	03	R\$ 12,99	R\$ 38,97	Soprano
59	Botão cogumelo Stop NC	UN	03	R\$ 19,90	R\$ 59,70	Soprano
61	Lâmpada vapor metálico 400W	UN	10	R\$ 49,90	R\$ 499,00	Empalux
66	Conector iluminação 3 vias	UN	120	R\$ 2,75	R\$ 330,00	Decorlux
67	Conectora iluminação duas vias	UN	20	R\$ 2,60	R\$ 52,00	Decorlux
68	Conector linear emenda geleada	UN	60	R\$ 2,09	R\$ 125,40	Multitoc
69	Cursor cinta metálica	UN	150	R\$ 1,00	R\$ 150,00	Matrimetal
74	Conector KS 35mm	UN	10	R\$ 12,00	R\$ 120,00	Intelli
78	Arruela latão para parafuso sapata	UN	300	R\$ 3,00	R\$ 900,00	Fusopar
79	Rebite 6mm	UN	400	R\$ 0,60	R\$ 240,00	Fusopar
80	Fonte chaveada 1A	UN	03	R\$ 30,00	R\$ 90,00	Unitel
81	Botão de pulso 1 NO/NC verde	UN	03	R\$ 10,90	R\$ 32,70	Soprano
82	Botão de pulso 1 NO/NC vermelho	UN	03	R\$ 10,90	R\$ 32,70	Soprano
83	Botão de pulso 1 NO/NC amarelo	UN	03	R\$ 10,90	R\$ 32,70	Soprano
84	Botão de pulso 1 NO/NC azul	UN	03	R\$ 10,90	R\$ 32,70	Soprano
88	Alça pré formada, cabo 10mm	UN	80	R\$ 2,90	R\$ 232,00	PLP
89	Lâmpada LED, 10W, 6500k, branca, com bulbo	UN	50	R\$ 3,35	R\$ 167,50	Empalux
Valor Total R\$ 11.388,07						

a) Estão vinculados a esta contratação, independentemente de transcrição: o Termo de Referência, o Edital da Licitação, a Proposta da Contratada, demais anexos dos documentos supracitados.

b) No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

b.1) a inadimplência da Contratada em relação aos encargos referidos nesta alínea não transfere à Contratante a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente contrato.

II- FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado à Contratada em até 10 (dez) dias após cada entrega do objeto, e mediante a emissão de NOTA FISCAL do material, com o devido aceite da Secretária competente.

§ 1º Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável conforme Decreto Municipal nº 6005/2022, IN RFB nº 1.234/2012, bem como o Anexo I – Tabela de

atividades e alíquotas e Anexo II – Hipóteses de isenção.

§ 2º Quando da apresentação da nota fiscal deverá ser destacada a retenção do Imposto de Renda, nas alíquotas definidas por tipo de atividade, conforme tabela anexa à Instrução Normativa, imposto este que será retido aos cofres municipais e descontado do valor líquido a ser pago ao fornecedor.

§ 3º A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

§ 4º Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

§ 5º Na hipótese de devolução da documentação fiscal para correção ou substituição ou que tenha sido fornecido mercadoria com defeito ou diversa do especificado no edital ou na nota de empenho, o prazo para pagamento fluirá a partir da regularização documental e ou substituição da mercadoria inadequada.

III – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

a) O valor contratado poderá ser alterado para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurado álea econômica extraordinária e extracontratual;

b) O pedido de alteração de preço deverá ser endereçado ao Agente de Contratação, que decidirá no prazo de 48 horas, cabendo à Contratada apresentar recurso no prazo de 24 horas ao Prefeito Municipal, que também decidirá no prazo de 48 horas. Em ambas as instâncias o pedido será analisado pela Procuradoria Jurídica, a qual também emitirá parecer.

c) É vedado à Contratada interromper o fornecimento enquanto tramita o processo de revisão do preço, estando, caso contrário, sujeita às penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E ENTREGA DO OBJETO

I – O prazo de vigência deste contrato é de 03/04/2024 a 31/12/2024, podendo ser prorrogado, nos prazos e termos da Lei nº 14.133/21.

II - A CONTRATADA entregará o objeto de acordo com necessidade para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Trânsito, respeitando o que segue:

- a) não serão aceitos materiais recondicionados, somente novos;
- b) os materiais deverão ser entregues pelo fornecedor diretamente na Secretaria Municipal de Obras e Trânsito, sendo que estes serão conferidos por servidor indicado pela administração, sendo de sua responsabilidade o transporte e descarga no local indicado;
- c) o fornecedor terá o prazo máximo de até 10 (dez) dias a contar do recebimento da ordem de fornecimento para entregar os materiais no local designado;
- d) caso o produto não corresponda ao exigido no instrumento convocatório, a contratada deverá providenciar a sua adequação, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da data da notificação, expedida pela contratante, visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no instrumento convocatório e na Lei nº 14.133/21;
- e) os itens a serem entregues deverão ser adequadamente acondicionados, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte;

- f) qualquer acidente ou incidente durante o deslocamento e/ou entrega do objeto licitado, serão de responsabilidade total da empresa contratada;
- g) as aquisições serão compatíveis com a necessidade para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Trânsito, durante o Exercício de 2024, sem quantidades mínimas estabelecidas por pedido.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas da presente avença correrão conforme o estabelecido na confirmação de dotação orçamentária do Pedido de Compras nº 094/2024:

05 SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E TRÂNSITO

01– Secretaria de Obras Públicas e Trânsito

15.451.0100.2123 – Manutenção e Conservação de Prédios Públicos

3.3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

CLÁUSULA QUARTA - EXTINÇÃO CONTRATUAL

Constituirão motivos para extinção do contrato aqueles elencados no artigo 137, da Lei nº 14.133/21, e ainda, conforme artigo 138 da referida Lei, a extinção poderá se dar:

I - UNILATERALMENTE: determinado por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021;

II - CONSENSUALMENTE: por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração;

III - JUDICIALMENTE, nos termos da legislação.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- h.1) A Administração terá o prazo de 03 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- i) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 02 dias;
- j) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a

terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

II - São obrigações da CONTRATADA:

1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

b) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

f) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

g) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

h) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

i) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

j) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

k) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

l) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

m) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLAÚSULA SEXTA – PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

A Contratante, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da homologação da Licitação, convocará a Contratada para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Sétima, inciso I, alínea *d*, deste Contrato.

I - O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

II - Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou então revogará a licitação.

III - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o presente contrato no prazo de 05 (cinco) dias da homologação da licitação, sujeitará o mesmo a multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada quando:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - Serão aplicadas à contratada quando incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (tinta) dias;

O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

III - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

V - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias

úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA OITAVA - CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO

Não é permitida a cessão do presente contrato, parcial ou total, tampouco a subcontratação do objeto, sob pena de rescisão e aplicação das sanções legalmente previstas.

CLÁUSULA NONA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do Secretário Municipal de Obras e Trânsito, Sr. Rodrigo Zanin Pasquali.

Parágrafo Único – A Fiscalização de que trata o *caput* deste artigo não isenta a Contratada das responsabilidades estabelecidas pelo Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO E CASOS OMISSOS

I - O contrato será regido pelo disposto na Lei nº 14.133/21, e alterações, sem prejuízo das demais legislações pertinentes e ao Edital de Pregão Eletrônico nº 014/2024.

II - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Veranópolis, para dirimir litígios decorrentes da presente avença, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas, após lido e achado conforme.

Vila Flores, 03 de abril de 2024.

LUIZ ADONIR VARGAS
Novaluz Comércio De
Materiais Elétricos Ltda

EVANDRO ANTÔNIO BRANDALISE
Município de Vila Flores/RS

Testemunhas

1) _____

Matrícula:

2) _____

Matrícula:

Visto:

Denise Arisi
Procuradora Jurídica
OAB/RS 63.385